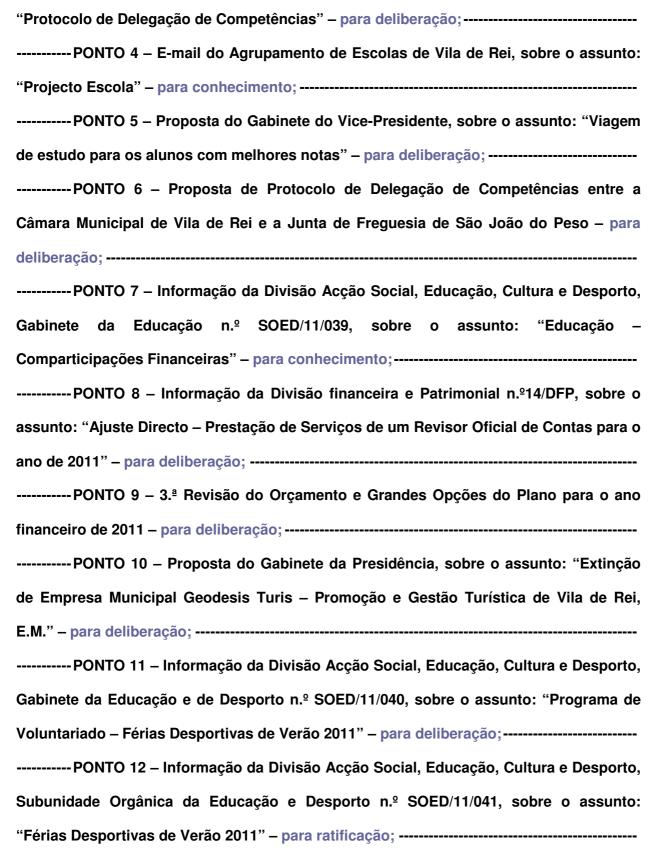


<u>ACTA N.º 12/2011</u>
ACTA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA DE REI
<u>DATA DA REALIZAÇÃO:</u> 17 DE JUNHO DE 2011
<u>PRESENÇAS:</u> Presidente – Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Vice-Presidente – Ricardo Jorge Martins Aires
Vereadores: António Jorge Martins Tavares, José Januário Jerónimo e Paulo César
Laranjeira Luís
SECRETARIOU: Ana Lúcia Mateus Francisco, Assistente Técnica
Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, eram cerca de 10h00m
APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA
De acordo com o disposto no n.º3 do artigo 92 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,
com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal
deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta a fim de produzir efeitos
imediatos
ORDEM DO DIA (ARTº 87º DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA
REDACÇÃO DADA PELA LEI № 5-A / 2002, DE 11 DE JANEIRO):
PONTO 1 – Proposta da Divisão Acção Social, Educação, Cultura e Desporto,
Subunidade Orgânica da Educação e Desporto, sobre o assunto: "Fórum da Educação"
– para deliberação;
PONTO 2 – Protocolo de Colaboração para Agilização dos Processos de
Licenciamento de Empreendimento Turístico e respectiva promoção Turística, entre a
Câmara Municipal de Vila de Rei e o Turismo Centro de Portugal – para deliberação;
PONTO 3 – Oficio da Junta de Freguesia de Fundada sobre o assunto:





(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
<u>DELIBERAÇÕES TOMADAS</u>
PONTO 1 – Proposta da Divisão Acção Social, Educação, Cultura e Desporto
Subunidade Orgânica da Educação e Desporto, sobre o assunto: "Fórum da Educação"
– para deliberação;
Antes de se iniciar a apreciação e discussão do presente ponto ausentou-se da sala o
Vereador António Jorge Martins Tavares, por se encontrar impedido de votar sobre o mesmo,
ao abrigo da alínea a) do numero 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º6/96, de 31 de Janeiro
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"PROPOSTA
Na sequência do <u>Fórum da Educação</u> , realizado durante o mês de Março, na
Biblioteca Municipal José Cardoso Pires, foi proposto na sessão da Assembleia Municipal
realizada a 26 de Abril de 2011, um Louvor a todos os oradores que participaram no Fórum, os
quais passo a mencionar:
"Os Pais e a Escola" - Oradoras - Dr. Manuela Brito e Sr. Fátima Mendes;
"Educação Sexual nas Escolas" - Oradora - Prof. Margarida Guimarães;
"Bullying nas Escolas" - Oradores - Cabo Fabrice Soares e Cabo Nuno Cordeiro;
À Consideração superior,"
A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a proposta acima transcrita
Retomou os trabalhos o Vereador António Jorge Martins Tavares
PONTO 2 – Protocolo de Colaboração para Agilização dos Processos de
Licenciamento de Empreendimento Turístico e respectiva promoção Turística, entre a
Câmara Municipal de Vila de Rei e o Turismo Centro de Portugal – para deliberação;
A Câmara Municipal, aprovou por unanimidade o Protocolo de Colaboração para

Agilização dos Processos de Licenciamento de Empreendimento Turístico e respectiva
promoção Turística
PONTO 3 – Oficio da Junta de Freguesia de Fundada sobre o assunto:
"Protocolo de Delegação de Competências" – para deliberação;
A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, a proposta e acrescentar uma cláusula
ao o Protocolo de Delegação de Competências, que se passa a transcrever: "Cedência de um
funcionário administrativo com experiência para preencher as faltas, por motivo de férias,
baixas médicas ou outras faltas da funcionária Administrativa da Junta de Freguesia de
Fundada"
PONTO 4 – E-mail do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto:
"Projecto Escola" – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento do referido e-mail
PONTO 5 – Proposta do Gabinete do Vice-Presidente, sobre o assunto: "Viagem
de estudo para os alunos com melhores notas" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Viagem de Estudo Para os alunos com melhores notas
No seguimento do que tem acontecido em anos anteriores, a Câmara Municipal irá
contemplar os alunos residentes no Concelho de Vila de Rei, com as melhores notas, que
estudem neste ou noutro Concelho, e os quais poderão inscrever-se na Viagem de Estudo a
realizar em Setembro de 2011
A referida viagem, cujas normas se anexam, destina-se a alunos que frequentam o
10º, 11º e 12ºs anos, ensino superior e CET de Vila de Rei
Com esta viagem de estudo, à qual se pretende conferir um carácter lúdico –



(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
pedagógico, pretende-se presentear os jovens pelo bom aproveitamento escolar e, por outro
lado, incentiva-los a seguir o seu currículo académico, de forma a encaminharem da melhor
forma as suas futuras vidas profissionais e pessoais
O destino será em Portugal Continental propondo que seja a Autarquia a
disponibilizar todo o apoio logístico, definido pelas Normas que se anexam
Coloca-se a presente proposta à consideração do Exm.º Executivo Camarário, assim
como se colocam à sua aprovação as já referidas Normas da Viagem de Estudo."
Após análise da proposta acima mencionada, o Executivo Camarário aprovou por
unanimidade a Viagem de estudo para os alunos com melhores notas e as normas da viagem
se junto se anexam
PONTO 6 - Proposta de Protocolo de Delegação de Competências entre a
PONTO 6 – Proposta de Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação; ————————————————————————————————————
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;
Câmara Municipal de Vila de Rei e a Junta de Freguesia de São João do Peso – para deliberação;

Assunto: "Educação - Comparticipações Financeiras"
No âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar,
nomeadamente referente à componente de Apoio à Família no ano lectivo de 2010/2011, a
Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) efectuou uma transferência no valor de
1944,38€, correspondendo este montante ao pagamento do mês de Setembro de 2010,
estando em divida os meses de Outubro a Dezembro de 2010 e de Janeiro de 2011 até á
presente data, aproximadamente um valor de 18.500,00€
No âmbito do quadro de transferência de atribuições e competências para os
municípios em matéria de educação através do contrato de execução, o montante em divida
por parte do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação no que refere ao
pessoal não docente ascende a um valor de 9.760,84€, concluindo que a transferência de
verbas realizadas até à presente data é insuficiente face aos encargos de pessoal."
O Executivo Camarário tomou conhecimento da informação mencionada em epígrafe.
PONTO 8 – Informação da Divisão financeira e Patrimonial n.º14/DFP, sobre o
assunto: "Ajuste Directo – Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para o
ano de 2011" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"INFORMAÇÃO N.º 14/DFP
ASSUNTO: "Ajuste Directo – Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de
Contas para o ano de 2011 "
Foi solicitado, através de e-mail $n^{\underline{o}}$ 1772, datado de 06/06/2011, pedido de proposta
para o fornecimento em epígrafe, ao Revisor Oficial de Contas Dr. Alberto Manuel Martins
Decorrido o prazo estipulado para a entrega da proposta, verificou-se que o Revisor
Oficial e Contas apresentou a respectiva proposta e respectiva declaração conforme o Anexo 6



(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
I, nos termos do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, sendo a referida proposta a
adjudicar pelo valor de <b>6.800,00€</b> (seis mil e oitocentos euros), mais IVA à taxa legal em vigor
Dado que se trata da apresentação de uma única proposta, não há lugar às fases de
negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, de
acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 125º do C.C.P
À consideração superior."
A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a proposta apresentada pelo Revisor
Oficial de Contas Dr. Alberto Manuel Martins
Mais deliberou o Executivo Camarário, considerá-la em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 9 – 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano
financeiro de 2011 – para deliberação;
Foram presentes ao Executivo Camarário os documentos respeitantes à 3.ª Revisão
do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2011
Após análise daqueles documentos, que se dão por integralmente reproduzidos na
presente acta e vão ficar arquivados na pasta dos documentos desta sessão, a Câmara
Municipal deliberou aprovar por unanimidade a 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções
do Plano para o ano financeiro de 2011
A 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de
2011 importa, na receita com reforços e diminuições no valor de € 796.600,00 (setecentos e
noventa e seis mil e seiscentos euros) e € 676.500,00 (seiscentos e setenta e seis mil e
quinhentos euros) respectivamente, e na despesa reforços e anulações no valor de
€173.600,00 (cento e setenta e três mil e seiscentos euros) e € 53.500,00 (cinquenta e três mil
e quinhentos euros), respectivamente

Mais deliberou o Executivo Camarário, considerá-la em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 10 – Proposta do Gabinete da Presidência, sobre o assunto: "Extinção
de Empresa Municipal Geodesis Turis – Promoção e Gestão Turística de Vila de Rei,
E.M." – para deliberação;
Antes de se iniciar a apreciação e discussão do presente ponto ausentou-se da sala o
Vice-Presidente Ricardo Jorge Martins Aires e o Vereador Paulo César Laranjeira Luís, por se
encontrarem impedidos de votar sobre o mesmo, ao abrigo da alínea a) do numero 1 do artigo
44.º do Decreto-Lei n.º6/96, de 31 de Janeiro
Foi presente à Câmara a proposta mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:transcrever:
"Gabinete da Presidência
Considerando que:
Em 2004, se perspectivava o desenvolvimento de parcerias publico-privadas, para o
desenvolvimento de projectos que pudessem atrair investimentos para o nosso município;
A perspectiva seria também a candidatura a fundos comunitários para a
implementação dos referidos projectos;
A conjuntura económica em 2011 é radicalmente diferente, e após consulta à
CCDR-C, por parte da administração da Geodesis Turis – Promoção e gestão turística de Vila
de Rei, E.M., constatou-se que não se perspectivam fundos comunitários para o
desenvolvimento do objecto da Empresa Municipal;
A empresa não tem passivo, funcionários remunerados, nem património imobiliário; -
A conjuntura económica actual não é favorável a efectuar despesa, sendo que o
conhecido memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica, dá
orientações no sentido de se avaliar as empresas municipais existentes;
8



(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
Após análise da nossa única empresa municipal conclui-se que apesar de não ter
passivo, não tem a curto/médio prazo possibilidades de sair da estagnação actual;
O Capital Social é de € 5,000,00 (Cinco Mil euros) e pertence na totalidade ao
Município de Vila de Rei
abrigo do artigo 53.º n.º 2 l) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com as alterações dadas
pela Lei n.º 67/2007, de 31/12, autorizar o município, nos termos da lei, a criar empresas
municipais e a aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos
corpos sociais;
53-F/2006, de 29 de Dezembro com as alterações dadas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de
Dezembro, a extinção das entidades empresariais locais é da competência dos órgãos da
autarquia competentes para a sua criação, bem como definir os termos da liquidação do
respectivo património
Venho, por este meio, propor ao executivo camarário que se proponha à Assembleia
Municipal, a extinção da Empresa Municipal Geodesis Turis - Promoção e gestão turística de
Vila de Rei, E.M, atribuindo poderes para a sua administração, executar com as respectivas
formalidades, sendo que todo o património deverá reverter para o Município."
Após análise da proposta acima mencionada, a Câmara Municipal aprovou por
unanimidade a extinção da Empresa Municipal Geodesis Turis - Promoção e gestão turística
de Vila de Rei, E.M, atribuindo poderes para a sua administração, executar com as respectivas
formalidade, sendo que todo o património deverá reverter para o Município
Mais deliberou o Executivo Camarário, considerá-la em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal

Retomaram aos trabalhos o Vice-Presidente Ricardo Jorge Martins Aires e o Vereador
Paulo César Laranjeira Luís
PONTO 11 – Informação da Divisão Acção Social, Educação, Cultura e Desporto,
Gabinete da Educação e de Desporto n.º SOED/11/040, sobre o assunto: "Programa de
Voluntariado – Férias Desportivas de Verão 2011" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"Informação n.º: SOED/11/040
Assunto: "Programa de Voluntariado – Férias Desportivas de Verão 2011."
Os voluntários representam hoje, em todo o Mundo, um recurso activo a favor dos
indivíduos, das famílias e da comunidade onde estão inseridos. O Voluntariado constitui um
factor de enriquecimento da Sociedade em geral e tem adquirido uma importância crescente
no nosso país, a par do que se vem registando na comunidade internacional. É uma prática,
que desde há séculos se vem desenvolvendo de forma regular, acompanhando a dinâmica
dos movimentos sociais e das organizações
Assim propõe-se que o Municipio de Vila de Rei implemente o programa de
voluntariado para as férias desportivas de verão, desenvolvidas anualmente e dirigidas a todas
as crianças dos 3 aos 14 anos de idade, no período de Junho, Julho e Setembro indo ao
encontro das necessidades dos agregados familiares nos períodos já mencionados
Com o programa de voluntariado para as férias desportivas de verão pretende-se
dotar o Municipio com um instrumento de incentivo e dinamizador aos jovens residentes no
concelho de Vila de Rei no período das suas férias escolares, ajudando o pleno
desenvolvimento da sua personalidade, da formação do carácter e da cidadania,
desenvolvendo uma capacidade de trabalho com responsabilidade, disciplina contribuindo de
uma forma positiva na aprendizagem de todos os jovens que dele vierem a usufruir



(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
O programa de voluntariado terá os seguintes critérios:
A duração prevista do programa de voluntariado será de uma semana, podendo ser
renovado dependendo do nº de inscritos;
Funcionará das 9h00 às 17h30m, de segunda a sexta-feira;
Destina-se aos jovens residentes no concelho de Vila de Rei, dos 15 aos 23 anos;
O critério de selecção dos jovens será feito pela ordem crescente da idade;
Será oferecido o almoço, o qual será servido no refeitório do Agrupamento de
Escolas de Vila de Rei;
Será oferecido o transporte a cada um dos Jovens;
À consideração Superior."
A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, a implementação do Programa de
Voluntariado para as Férias Desportivas de Verão
PONTO 12 – Informação da Divisão Acção Social, Educação, Cultura e Desporto
Subunidade Orgânica da Educação e Desporto n.º SOED/11/041, sobre o assunto:
"Férias Desportivas de Verão 2011" – para ratificação;
Foi presente à Câmara a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
Informação n.º: SOED/11/041
Assunto: Férias Desportivas de Verão 2011
As férias de Verão irão decorrer de 24 de Junho a 15 de Setembro de 2011 para as
crianças dos 6 aos 14 anos e de 06 de Julho a 15 de Setembro de 2011 para as crianças dos
3 aos 5 anos de idade, na Escola Fixa de Trânsito com diversas actividades a desenvolver e
conforme o plano de actividades que se propõe em anexo
As inscrições estão a decorrer desde o dia 01 a 20 de Junho para as crianças dos 6

aos 14 anos e do dia 01 de Junho a 01 de Julho para as crianças dos 3 aos 5 anos, sendo
aceites na recepção do Municipio de Vila de Rei
A taxa proposta para frequência de crianças nas Férias Desportivas do verão é de
8,00€ por semana ou fracção sendo o valor a cobrar pela totalidade do período compreendido
pelas férias desportivas de verão, sendo um valor inferior ao custo real do serviço, justificado
pelo apoio que se quer dar às famílias do Municipio, considerando ainda o posicionamento da
criança no escalão do abono de família, definido como escalão 1 equivale ao escalão A,
ficando isento de taxa, escalão 2 equivale ao escalão B, ficando isento de 50% da taxa a
pagar, a partir do escalão 3 equivale ao escalão C e consequentemente corresponde ao valor
já proposto, 8,00€ por semana
A taxa a cobrar para a frequência de crianças que não residam no concelho é fixado
no valor de 16,00€, conforme aprovado na reunião de Câmara de 15 de Abril de 2011, sendo o
valor a cobrar pela totalidade do período compreendido pelas férias desportivas de verão
Posteriormente anexar-se-á o horário a efectuar pelos funcionários e a listagem das
crianças inscritas nas férias desportivas do verão."
A Câmara ratificou por unanimidade a aprovação das férias Desportivas de Verão
2011
<u>FORA DA ORDEM DO DIA</u> :
A Câmara aprovou por unanimidade a integração o seguinte ponto Fora da Ordem do
Dia
PONTO 1 – Informação da Divisão de Coordenação, Planeamento Estratégico e
Auditoria, Apoio Jurídico e Notariado n.º DCPEA/016/AJN sobre o assunto: "Revogação
do Regulamento de acesso ao apoio na aquisição de livros escolares para os alunos do
1.º ciclo do ensino básico" – para deliberação;
Foi presente à Câmara a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a



(Continuação da acta nº12/2011, de 17 de Junho de 2011)
transcrever:
Sobre o assunto supra identificado importa informar o seguinte:
1. O Município de Vila de Rei no ano lectivo de 2004-2005, regulou o acesso ao apoio
na aquisição de livros escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico
2. Esse apoio foi muito importante, porque à data não havia apoio similar, nem havia
qualquer obrigação legal do Município, para o atribuir
3.Em 2009 através do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, o Governo legislou
sobre esta matéria e definiu no artigo 37.º n.º 1 que a responsabilidade e competência para a
prestação dos auxílios económicos, no caso da educação pré-escolar e do ensino básico, é dos
municípios
4.O mesmo Decreto-Lei, no artigo 30.º, definiu que as normas para atribuição dos
auxílios económicos, são determinados por despacho do membro do governo responsável
5.Em 14 de Setembro de 2010, foi publicado o referido despacho n.º 14368-A/2010
6.Os apoios atribuídos pelo despacho são mais favoráveis que os atribuídos pelo
regulamento municipal
7.O Regulamento Municipal referido deixou de fazer sentido, dado que o Município
atribui apoios mais favoráveis através do supra citado Decreto-Lei
8.Sendo assim, e <b>salvo melhor opinião</b> , deverá a Câmara Municipal de Vila de Rei
propor que a Assembleia Municipal aprove a revogação do regulamento para apoio na
aquisição de livros escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, revogação essa
motivada pela atribuição dos apoios através do decreto-lei 55/2009, de 2 de Março."
Após análise da proposta acima mencionada, Câmara aprovou por unanimidade, a
revogação do regulamento para apoio na aquisição de livros escolares para os alunos do 1.º
ciclo do ensino básico

Mais deliberou o Executivo Camarário, considerá-la em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal
<u>ENCERRAMENTO DA REUNIÃO</u>
E não havendo mais nada a tratar – e referindo que todos os documentos
apresentados na presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos -, foi
dada por finda a reunião pela Presidente da Câmara, eram cerca de 11h00m, da qual, para
constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que será assinada pela Presidente da
Câmara e por mim, Ana Lúcia Mateus Francisco, que a secretariei e processei em computador.
14